

ESPAÇOS PLURAIS NA CIDADE DO RECIFE: IRMANDADE DO ROSÁRIO DE SANTO ANTÔNIO (SÉCULO XIX)

* Ênio José da Costa Brito

* Professor do programa de pós da PUC-SP.

Resumo: Enio Brito apresenta uma síntese da obra de Marcelo Mac Cord sobre os espaços culturais de Recife do Século XIX, com especial atenção à irmandade do Rosário. As irmandades têm recebido uma atenção especial na historiografia contemporânea e foram vistas a partir ângulos diversos com resultados de compreensão também diversos. De qualquer modo, parece claro que a compreensão mais consistente da vida dos brasileiros em geral, e da população negra em particular, durante o Século XIX passa pela compreensão da influência da vida das irmandades.

Palavras-chaves: Irmandade; Irmandade do Rosário; Recife: Século XIX; Cultura Africana: Brasil.

Abstract: Enio Brito presents here a synthesis of a Mac Cord book on the cultural dimensions of Recife in the XIXth century, with a special attention to the *irmandade do Rosário*. This issue received recently in the realm of academic research – mainly in History – a great deal of deep analysis although with different kind of theoretical approaches and, of course, with different outcomes. By any means, it's clear that if one would like understand the history of Brazilian life and the afro-descendants, in the XIXth Brazilian century the influence and the social e cultural meaning of the *irmandades* are the pivotal issue.

Key words: *Irmandades* (sodality); Rosary Irmandade, Brazilian History; Recife; Recife: XIXth Century; African Culture: *Brazil*

Nos últimos anos, a historiografia, ao voltar-se para o estudo das irmandades negras, tem ressarcido uma dívida antiga com as mesmas, tanto metodológica quanto analítica. Metodológica, analisadas por modelos globalizantes e dualistas, as irmandades acabavam sendo empobrecidas. Analítica, as irmandades negras além de pouco estudadas, eram homogeneizadas, vertente de análise incapaz de perceber as rugosidades do cotidiano e as especificidades de suas práticas e ações, enfim de suas vidas.

Marcelo Mac Cord, em *O Rosário de Dom Antônio*, refina a metodologia e a perspectiva analítica para evitar as frequentes soluções simplistas dadas pela historiografia à complexidade vivida pelas irmandades no plano político, social, religioso e cultural.¹

O resultado desse esforço metodológico-analítico é surpreendente. Nas palavras de Marcus Carvalho: *Ao descrever e analisar, tanto as práticas internas, como a inserção política dos personagens abordados, este livro traz uma relevante contribuição à História do Brasil.*²

Num primeiro momento, levantaremos sinteticamente as idéias básicas dos três longos capítulos que compõem o livro, para em seguida tecer breves pontuações na esperança de despertar nos nossos leitores o desejo de empreender uma rica viagem ao encontro da Irmandade do Rosário dos Pretos de Santo Antônio do Recife.

A CIDADE E AS IRMANDADES

O Recife do Século XIX era o principal porto da Província, intensamente povoado e movimentado, com três importantes Freguesias, a do Recife, portuária, a da Boa Vista, residencial e a de Santo Antônio, quase insular. Cortado pela águas do Capibaribe e do Beberibe, que modelaram o perfil da cidade nas comunicações e na vida cultural.

Para o autor, *se as águas modelaram a silhueta da cidade, conformando sua constituição espacial e político-administrativa, a cana e o açúcar foram certamente produzidos pela mão-de-obra africana escravizada ou posteriormente liberta e comprometida nas redes de clientelismo.*³

A presença escrava se fazia sentir na produção do açúcar, produção que teve seu auge na década de 1840, seguida de um período decadente entre 1850 e 1870. Decadência geradora da *crise da lavoura* desencadeada por políticas públicas equivocadas e que contribuiu para a desarticulação do escravismo.

¹ CORD, Marcelo Mac, *O Rosário de D. Antônio: Irmandades negras, alianças e conflitos na história social do Recife, 1848-1872*. Recife: Universitária-EFPE, 2005. O livro recebeu a 1ª Menção Honrosa no Concurso Silvío Romero, 2002, promovido pelo Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP/IPAHN). Fruto da dissertação de Mestrado, orientada por Silvia Lara, defendida em 2001 na UNICAMP, o texto continua atualizado e ainda inspirador de pesquisas na área da História social.

² Cf. M. CARVALHO, Prefácio. In CORD, M. M. *O Rosário de D. Antônio*, op. cit., p. x.

³ Cf. M. M. CORD, *O Rosário de D. Antônio*, op. cit., 26.

O crescimento demográfico da cidade diminuiu após 1872, antes pelo aglutinador de migrantes e libertos. Entre 1828 e 1872, já se podia constatar uma acentuada diminuição da população cativa, que passou de 7.935 para 6.954 escravos, decrescendo 12%. Em 1872, a cidade contava apenas com 10,7% da mão-de-obra escrava sendo que em 1828 contava 30,4%. A população não branca era superior a branca, chegando a 55% da total.

A presença congo e angola eram hegemônicas, principalmente no século XIX, mas não chegava a homogeneizar as experiências e a criar uma *identidade étnica solidária e impenetrável*. *Se grande parte daqueles africanos escravizados que aportou no Recife (de finais do século XVIII até o fim da primeira metade do XIX) [com]partilhava elementos culturais e sociais dos tempos anteriores à diáspora, isto não representava uma identidade monolítica em terras pernambucanas.*⁴

⁴ Idem, p. 37.

A presença das irmandades leigas em Recife era marcante, oriundas de Portugal, onde surgiram no século XII e XIII, como *símbolos de uma consciência social*. Muito distintas entre si, portadoras de um enorme potencial conflitivo e associativo, compartilhavam no entanto de certas formas organizacionais e de objetivos gerais, como devoção e caridade. O Compromisso e a Mesa Regedora regulavam a vida dessas agremiações confraternais com suas hierarquias e distinções sociais.

A mais antiga irmandade do Rosário é a de Lisboa de 1460. Em Pernambuco, a Irmandade do Rosário era a mais procurada pela população negra, de 20 irmandades de pretos, 12 eram do Rosário.

A HISTORIOGRAFIA E AS IRMANDADES

A historiografia recente tem se debruçado sobre elas que tem sido vistas *ora como espaço de negociação, ora de conflito, ora de acomodação, ora de solidariedade e conscientização entre os negros.*⁵

⁵ Idem, p. 46-47.

Estas abordagens ao elegerem oposições clássicas, como negociação versus conflito, acomodação versus resistência para analisar as irmandades de pretos, assumem uma visão linear que não percebe os matizes entre as duas posições. Assim, o papel social das irmandades passa a ser visto como um antiquilombo, seus espaços de sociabilidade como acomodatórios, como espaços de submissão que enfraquecem a luta de classe. *Nestas interpretações, o único papel que cabe ao negro é o de vítima do escravismo.* Numa outra ponta,

alguns pesquisadores vêem as irmandades como a solução para as mazelas da escravidão, interpretação que prescinde do cotidiano extra confraternal. Outros vêem as irmandades como local de ambiguidades e contradições, capazes de gerar uma certa autonomia e formar identidades aglutinadoras.

Outros enfim optam por uma vertente nova, ao olhar as irmandades como um espaço heterogêneo.

*Assim, nas irmandades de homens pretos, existiram relações muito mais complexas que a negociação versus conflito entre brancos e negros, como algo genérico. Nesta perspectiva onde as identidades são construídas, e nunca essencializadas, a ambiguidade não surge como sinônimo de contradição.*⁶

⁶ Idem, p. 54.

As irmandades leigas foram pressionadas devido a sua autonomia, ao seu catolicismo superficial, heterodoxo e exterior. A Igreja e os folcloristas ao considerarem estas práticas pouco racionais, não perceberam a racionalidade presente nas mesmas. Ao analisar as práticas populares, Elisabeth Kiddy fala de uma *exegese narrativa* e Thompson de uma *economia moral* repleta de sentido, oriundas de uma percepção própria do mundo.

A Irmandade do Rosário dos Pretos de Santo Antônio do Recife, profundamente inserida na vida da sociedade, da cidade e da província tinha precedência sobre as demais, dela saía o soberano dos pretos do Recife. Fundada em 1654, ocupou primeiro um altar lateral de alguma Igreja até construir a sua, a primeira igreja já funcionava em 1686, dela não restaram vestígios. Em 1720, a Irmandade deu início à construção de seu segundo templo, em 1777 já estava concluído.

As irmandades evoluem e com ela os seus *Compromissos* que são modificados para atender às necessidades religiosas, políticas e culturais. O autor teve acesso a dois compromissos da Irmandade do Rosário dos Pretos de Santo Antônio, o de 1758 e o de 1870, um terceiro não pôde ser consultado.

A análise minuciosa do Compromisso de 1870, tendo como contraponto o de 1758, desvela as estruturas de poder, as funções dos diversos cargos, as exigências e as peculiaridades da irmandade.

No Compromisso da Irmandade do Rosário não há restrições ou distinções étnicas na Matrícula, paga-se como de costume uma jóia para filiar-se. A Mesa Regedora era marcadamente hierarquizada, exercendo seu poder *ad intra* e *ad extra*.

Um ponto que chama atenção, ao se contrapor à prática vigente da época, é o de serem as funções de Tesoureiro e de

Procurador do Patrimônio exercidas por não brancos. Os níveis de hierarquia do Compromisso de 1758 diferem do de 1870, o primeiro, por exemplo, exige a presença formal do Rei do Congo, da Rainha do Congo e dos governadores de pretos entre outros.

Os Reis do Congo e as políticas confraternais

As funções do Rei do Congo estavam ligadas às festividades da Padroeira e ao comando dos Governadores de Pretos. Este zelava pelo comportamento social de seus subordinados, éticos e profissionais. Provisões Régias proibem as patentes para os Governadores de Pretos, em 1802, mas as hierarquias do Rei do Congo continuam funcionando informalmente. Mac Cord relembra outra estrutura paralela mas articulada com as Irmandades, o Terço do Henriques criado no período da Restauração.

A estrutura formal das *hierarquias do Rei do Congo* resistiu a pressões do Estado e da Igreja e mesmo após a abolição manteve-se socialmente vigorosa, a ponto de não serem toleradas pelas autoridades, mas respeitadas tal a sua capacidade de mobilização.

Para Mac Cord, muitos estudiosos têm interpretado os reis do Congo e suas hierarquias como *mera titularidade, reis de fumaça, a serviço da dominação senhorial, simulacro de liberdade política e falsa jurisdição*. Interpretações que permanecem reféns da exterioridade ou da polaridade. Nas palavras do autor:

*...nos poucos estudos produzidos sobre irmandades de homens pretos e coroações de reis negros, há uma certa tendência de se afirmar que as 'hierarquias do Rei do Congo' vivenciaram um processo de constituição de titularidade, degeneração ou perda de sentidos 'originais' – a principalmente quando o objeto de estudo centra-se nas últimas décadas dos oitocentos ou na virada dos séculos XIX e XX.*⁷

⁷ Idem. p. 92.

A aprovação de um Compromisso gerava tensões *ad intra* e *ad extra*, favorecidas pela ambiguidade da legislação, pelo não cumprimento das obrigações pela Mesa Reguladora, pelos conflitos em torno das *relações de precedência*.

Na Irmandade do Rosário dos Pretos de Santo Antônio, os conflitos deitavam raízes na década de 1840, quando a Comissão Administrativa abriu inquérito para apurar deslizos do tesoureiro Chrispim Marques Nogueira, que deixou o cargo em 1845. Os problemas ecoaram na cidade e foram comentados por jornais, como o *Diário de Pernambuco* e *O Curioso*.

Na verdade, o que vinha ocorrendo era a apropriação da estrutura organizacional para usos corporativos ou de membros da corporação. O acirramento desses problemas levou a intervenção da Comissão Administrativa em 01 de novembro de 1869, que exigiu a elaboração de um novo compromisso. O momento vivido pela Irmandade do Rosário era delicado, a desorganização contábil dos livros repercutiu na concessão das loterias já regularizadas por lei.

Para o autor, o fato de

*pertencer ao grupo de lideranças da Irmandade do Rosário dos Pretos foi fundamental para a criação de arranjos e vantagens pessoais e financeiras na vida social do Recife. Além deste pertencimento, a longevidade nos cargos tornou-se elemento crucial para a distribuição e gozo destes privilégios.*⁸

⁸ Idem, p. 116.

A bem da verdade, os conflitos não terminaram com o Compromisso de 1870, apesar de insistir na proibidade da Mesa Regedora e ameaçar com punições rigorosas. Em 1872, nova denúncia vinha à tona.

Uma densa política confraternal exercida pelas irmandades em especial pela Irmandade do Rosário priorizava a defesa de seus interesses coletivos,

*primeiramente, nas relações verticais, ou seja, em questões que envolveram o Rosário com alguma daquelas irmandades eretas em sua igreja. Em segundo lugar, nas relações horizontais, nas quais a Irmandade do Rosário arbitrava problemas entre as confrarias de 'menor grandeza'.*⁹

⁹ Idem, p. 122-123.

Denúncias de incúria, desleixo no culto, desrespeito à hierarquia e à disciplina e desleixo com o patrimônio eram as alegações mais frequentes que motivavam as inspeções. A Mesa Regedora da Irmandade do Rosário teve problemas com os confrades de São Cristovão (11/07/1858), com os irmãos da Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Martírios (25/05/1872) e a Irmandade de Santo Elesbão (agosto de 1849). Em 20 de abril de 1868, formou-se uma comissão para tratar de problemas administrativos ocorridos na Irmandade do Bom Jesus dos Martírios que poderiam afetar a credibilidade da Irmandade.

Segundo Mac Cord,

*as ações da Mesa Regedora do Rosário foram incisivas e se preocuparam com três pontos (que possuíam interfaces): a organização das congêneres de acordo com seus interesses, a manutenção da sua imagem pública e a imposição de seus referenciais nas políticas confraternais.*¹⁰

¹⁰ Idem, p. 128-129.

As irmandades de *menor grandeza* não aceitavam passivamente essas interferências, elas buscavam ampliar a sua autonomia e o seu status social tecendo uma política de alianças extramuros. As práticas da Irmandade de São Benedito, que ocupou um altar lateral na Igreja do Rosário ilustram bem esta política. Em 3 de outubro de 1862, a irmandade enviou um convite para a festa e uma Carta Patente de Irmão para o Presidente da Província.

A análise das práticas e das políticas confraternais aponta para uma multiplicidade e cruzamentos de interesses. O que leva o autor a não considerar *as confrarias de homens pretos*

*como algo homogêneo, com uma identidade preexistente que independesse das necessidades e práticas cotidianas dos seu variados confrades, com seus variados perfis.*¹¹

¹¹ Idem, p. 141.

A MANUTENÇÃO DA HEGEMONIA

A criação de sociabilidade entre os confrades passava pelo mundo do trabalho marcado por práticas mutualistas, intimamente ligadas às *hierarquias do Rei do Congo* e aos Governadores de Pretos, desde o século XVIII. As relações de controle e proteção não diminuíram no período de informalidade dos mesmos.

Dom Antônio de Oliveira, Rei do Congo de 1845 a 1872, era Juiz Perpétuo da Irmandade do Rosário, fato indicativo da manutenção do poder pela Irmandade, mesmo no período de informalidade e da *crise da lavoura*, quando o mercado de trabalho ficou mais competitivo na cidade do Recife.

Assim,

*as atividades profissionais de uma expressiva quantidade de escravos, livres e libertos, entre 1848 e 1872, pelo menos, foi gerida a partir da Irmandade do Rosário, através do controle sobre as 'hierarquias do Rei do Congo'.*¹²

¹² Idem, p. 151.

Para a Irmandade do Rosário garantir a hegemonia intra-muros significava garantir também extra-muros. O Reinado do Congo não englobava todos os trabalhadores, o que é facilmente constatável na multiplicidade de perfis e interesses entre eles.

O autor mostra a solidariedade dos canoeiros, por ocasião da Modernização realizada nas práticas de estiva, em 1848 e as relações de solidariedade entre as boceteiras.

*No Recife da segunda metade do século XIX, 'as hierarquias do Rei do Congo' e as irmandades de homens pretos deram forma a estes laços, unindo e aproximando aqueles trabalhadores. Ao mesmo tempo, envolveram muitos interesses e várias instâncias de poder.*¹³

¹³ Idem, p. 158.

Quando se pensa em hegemonia, não se pode esquecer a presença dos grupos étnicos na Irmandade, trazendo cada um sua identidade, nem o fato que os etnônimos Congo e Angola não apontam para uma identidade étnica comum, uma vez que não se podem homogeneizar experiências culturais. Eles constituem grupos étnicos distintos, apesar das semelhanças.

No Compromisso de 1758, nota-se o interesse em receber angolas e da costa, o que não aconteceu no de 1870, que prescindia da questão étnica, no entanto, esta continuava forte e atuante tanto na irmandade quanto no reinado com seus Governadores de Nações. Para Mac Cord, *a identidade étnica surge, portanto, como uma efetiva construção política. Por este motivo, ela não foi um conjunto atemporal ou imutável de traços essenciais aos grupos humanos em Pernambuco*.¹⁴ Não se está negando que *lealdades primárias* geraram ações e práticas.

¹⁴ Idem, p. 166.

Sendo uma das formas de organização social, a identidade étnica não deve ser utilizada isolada como categoria analítica. A sua compreensão reduitiva levou muitos pesquisadores a considerarem a cultura *bantu* como inferior à da *costa da mina*.

Na diáspora, os diversos grupos étnicos, certamente, relativizaram suas diferenças, operando outras formas identitárias para sobreviverem. Daí, a flexibilidade das identidades étnicas e sociais no espaço confraternal.

A Irmandade do Rosário demonstrou muita sabedoria e sagacidade para manter sua hegemonia e autoridade. A manutenção de interesses políticos os mais diversos presentes nas *hierarquias do Rei do Congo*, o diálogo com as autoridades provinciais e eclesiásticas fazia parte do seu dia-a-dia. A Irmandade do Rosário inseriu-se a tal ponto na vida da cidade que, *os homens de governo que pensassem em auferir simpatias junto à elite negra, precisaram, necessariamente, se aproximar e dar contrapartidas aos mesários da Irmandade do Rosário*.¹⁵

¹⁵ Idem, p. 177.

Os homens pretos se inseriram profundamente na vida social do Recife graças a uma relativa autonomia e a uma diuturna política de alianças. O crescimento e a consolidação da Irmandade do Rosário de Santo Antônio ocorreu num período de intensa agitação político-institucional da Província. Período no qual, ela soube discernir tanto no âmbito da macro-política, como da micro-política tecendo relações de clientela.

Para Mac Cord,

os combates pelo poder nas esferas confraternais é que nos permite questionar as concepções que afirmam a homogeneidade do mundo negro, presentes em grande parte da historiografia.¹⁶

¹⁶ Idem, p. 180.

A tensão entre as duas Irmandades do Rosário, a do Recife e a da Boa Vista, cresceram à medida que a cidade do Recife ampliou seu poder frente à Olinda. Na Guerra dos Mascates (1817), a Irmandade do Rosário da Boa Vista estava mais ligada aos nobres, enquanto que os irmãos do Rosário aos mazombos, o que não implicava de uma parte ou de outra homogeneidade nas posições políticas.

Nos conflitos de 1817 e 1824, as irmandades teceram alianças visando o equilíbrio e a manutenção do poder que ultrapassaram as alianças de classe e ainda souberam tirar proveito dos conflitos envolvendo a *boa sociedade*. Dinâmica também presente nas ações do Terço dos Henriques Dias.

Assim, para o autor, é importante,

*antes de afirmarmos com precisão que as estratégias dos homens pretos estavam alinhadas com conservadores ou liberais, ligadas à ordem ou à desordem públicas, devemos estar atentos às lutas e combates pelas visões de ordem nas suas próprias instâncias de poder.*¹⁷

¹⁷ Idem, p. 201.

DOM ANTÔNIO DE OLIVEIRA GUIMARÃES

A escolha e a referendação de Dom Antônio de Oliveira Guimarães, em 20 de setembro de 1848, foram carregadas de tensões. Como entendê-las? Para Mac Cord, não há uma *teoria geral* da Coroação do Reis do Congo. A compreensão passa pela desconstrução da idéia da progressiva *decadência ou perda de sentido* da instituição do Rei do Congo, em Pernambuco, e pelo esforço de captar o alcance o significado do seu poder.

O autor aponta três vertentes analíticas a serem pesquisadas, *o alcance da vassalagem de seu reinado* [Dom Antônio], *a circunscrição da sua espacialidade e, finalmente, a sua inserção no processo da revolta Praieira.*¹⁸

Dom Antônio, *soberano universal*, Juiz Perpetuo da sua Irmandade exercia seu poder sobre os reis de nação, Governadores de Pretos, milicianos dos Henrique. Tinha, portanto, uma ascendência sobre a massa de trabalhadores negros livres.

As mudanças políticas e administrativas da Província, que acabaram subordinando Olinda a Recife, refletiram na espacialidade dos reinados, gerando tensões e alianças diversas. Impossível precisar o verdadeiro alcance espacial do reinado de Dom Antônio. Com certeza, exerceu seu poder na cidade do Recife.

*Finalmente, entre as suas especificidades históricas, aquela referendação ocorrera num processo social muito importante e crítico da vida da Província, que foram os ‘tumultos’ da Praieira.*¹⁹ A simpatia das hierarquias do Rei do Congo era disputada tanto

¹⁸ Idem, p. 206.

¹⁹ Idem, p. 212.

por liberais como por conservadores, mostram o quanto eram importantes, heterogêneas e autônomas as suas práticas. As hierarquias do Rei do Congo se aliaram a um ou outro grupo atendendo seus conflitivos interesses internos e externos.

Dom Antônio de Oliveira Guimarães recebeu sua solene referendação aos 14 de setembro de 1848. A cidade tomou conhecimento da mesma através de um amplo anúncio publicado no Diário de Pernambuco. Referendação contestada por José Pereira da Silva que dizia ser o legítimo *Rei das Nações dos pretos residentes na Província* e ter sido deposto arbitrariamente. Seu requerimento de protesto tinha embasamento e legitimidade.

Com um currículo expressivo, José Pereira da Silva tinha sido referendado no breve período da presidência do importante praieiro Antônio Pinto Chichorro da Gama. Período de relações mais estreitas entre praieiros e a Irmandade Nossa Senhora do Rosário da freguesia de Santo Antônio, que gerou tensões com os grupos hegemônicos da Mesa Regedora do Rosário, mais conservadores.

Na conjuntura político-econômica da década de 1840, o ponto nevrálgico nas relações entre os grupos da elite era o controle da mão-de-obra livre. Acrescente-se ainda a questão eleitoral, por trazerem no seu bojo um grande poder de barganha. Com a queda dos praieiros ruíram também as ligações políticas e sociais entre eles e os membros da Irmandade do Rosário. Esta movimentação política revela,

*primeiramente, [que] as regras do jogo, na Irmandade do Rosário, foram necessariamente manipuladas por seus confrades; em segundo lugar, elas privilegiaram os interesses de alguns destes irmãos; finalmente, tivemos uma heterogeneidade de visões de ordem no próprio corpo confraternal.*²⁰

²⁰ Idem, p. 235.

Pouco tempo depois da referendação de Dom Antônio de Oliveira Guimarães, no início de fevereiro de 1849, a revolta praieira explodiu. A Igreja do Rosário esteve no centro dos acontecimentos, acolhendo em sua torre soldados legalistas. Sinal de aliança dos Guabirus com os grupos hegemônicos e conservadores da Mesa Reguladora.

Estes fatos revelam que,

os patenteados da 'hierarquias do Rei do Congo', assim como os mesários mais proeminentes da Irmandade do Rosário da freguesia de Santo Antonio do Recife tiveram perspectivas diferentes quando se apropriaram dos conflitos intraelites, na época da Revolta Praieira.

*Ao construírem suas alianças verticais, buscavam a conquista ou a manutenção das visões de ordem nas suas próprias instâncias de poder.*²¹

²¹ Idem, p. 243.

Já na conclusão, Mac Cord discute a relação entre a soberania de Dom Antonio e os Maracatus, aproveitando para fazer uma crítica a bibliografia que *trata o maracatu como uma simples continuidade histórica das coroações do Rei do Congo.*²²

²² Idem, p. 12.

PONTUAÇÕES

A leitura do primeiro momento desta *Nota Bibliográfica* por si só aponta para a riqueza presente no texto de Mac Cord. Convencido de que precisa avançar e superar leituras que não davam conta da complexa realidade das irmandades e das coroações, travou um intenso diálogo com as fontes e com a bibliografia relacionada com a temática.

Num movimento lento mas seguro, avalia modelos interpretativos tradicionais aponta suas carências, sem desmerecer as contribuições dadas por eles. Com os dados na mão, não vacila e propõe, sem ser dogmático, novas possibilidades de se olhar tanto para as irmandades como para as coroações. Combinando sempre um duplo movimento, um *ad intra*, que implica num olhar por dentro as realidades analisadas e o outro *ad extra*, que implica num olhar para a presença e as práticas dessas realidades na sociedade abre generosamente novas veredas para futuras pesquisas.

Ao refinar o instrumental analítico, pode colher as especificidades presentes na vida confraternal e nas práticas de coroação do Rei do Congo. Esta proximidade da vida vivida de libertos, escravizados e homens pobres confere ao *Rosário de Dom Antônio* um sabor especial.

Uma reserva pode ser feita, no último tópico do terceiro capítulo *Os imprecisos e tensos limites entre a soberania de D. Antonio e os maracatus* abre uma problemática que acaba sendo resolvida um pouco às pressas. Mereceria um espaço mais amplo de discussão.

Ao longo da leitura deixamos para trás *teorias gerais, modelo interpretativos globalizantes, a idéia de uma decadência das irmandades* e tanto outros estereótipos que por tanto tempo embaçaram os olhares da historiografia e impediram a visão das pequenas mais significativas mudanças e das inúmeras estratégias traçadas no dia-a-dia.

Marcelo Mac Cord surpreende o leitor inúmeras vezes ao longo do texto, nas suas reflexões, nas suas desconstruções e nas suas propostas. A leitura do *Rosário de Dom Antônio* ilumina um pouco mais nosso passado, nos ensina a relativizar nossas certezas e a respeitar nossas diferenças.

